



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA DE JESUS MELO DA COSTA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA 1º FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE
PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PILÕEZINHOS-PB**

**GUARABIRA - PB
2017**

MARIA DE JESUS MELO DA COSTA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA 1º FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE
PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PILÕEZINHOS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo),
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Graduação em
Pedagogia, pela Universidade Estadual da
Paraíba, Centro de Humanidades, Campus III.
Orientadora: Prof^ª. Ms. Debora Regina
Fernandes Benício.

GUARABIRA - PB
2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837e Costa, Maria de Jesus Melo da.
Educação inclusiva na 1ª Fase no ensino Fundamental da rede pública de ensino do município de Pilõezinhos [manuscrito] : / Maria de Jesus Melo da Costa. - 2017.
34 p.: il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação : Profa. Ma. Débora Regina Fernandes Benício, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Educação Especial. 2. Educação Inclusiva. 3. Ensino Fundamental.

21. ed. CDD 371.9

MARIA DE JESUS MELO DA COSTA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA 1º FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE
PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PILÕESINHOS-PB**

Artigo apresentado ao Curso de
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do
título de licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 29/11/2017.

BANCA EXAMINADORA

Débora Regina Fernandes Benício

Professora Ms. Débora Regina Fernandes Benício / UEPB
(Orientadora)

Verônica Pessoa da Silva

Professora Dr.ª Verônica Pessoa da Silva /UEPB
(Examinadora)

Elivelton Serafim Silva

Professor Ms. Elivelton Serafim da Silva /UEPB
(Examinador)

Aos meus primos Jonathas e Jonas, especiais nas suas diversidades, sendo inspiração para realização deste trabalho, assim como a Prof. e orientadora Débora Fernandes, que despertou em mim o interesse por este universo encantador de estudo, e ao meu avô (*in memoriam*) grande guerreiro, **DEDICO**.

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é dirigido a Deus, o meu maior mestre que sempre me deu forças, saúde e sabedoria, se fazendo presente em cada etapa de minha jornada, para que pudesse alcançar o objetivo final, que é a oportunidade de estar concluído o curso.

A todos professores que fizeram parte de minha formação, em especial ao professor Elivelton da Silva, por ter aceitado o convite de estar na banca Examinadora, sendo inspiração de profissional e por ter desenvolvido um trabalho marcante, tanto para minha turma, como para mim.

A professora Dr^a. Verônica Pessoa, que sempre me incentivou, estando ao meu lado em um dos momentos difíceis, encorajando-me com suas palavras sábias.

Aos meus pais, Geraldo Melo e Josefa da Costa, meus portos seguros, que souberam me educar e sempre me ensinando a ser uma pessoa determinada e batalhadora.

Aos meus familiares, que sempre acreditaram na minha capacidade e demonstraram orgulho em mim.

Ao meu namorado José Roberto, pelo carinho, apoio e por estar ao lado durante todo o processo.

Aos meus colegas de turma, sempre ajudando uns aos outros durante esses quatro anos.

As minhas amigas de turma Renata Márcia, Renata Ribeiro e Rita de cássia, sendo âncoras para o meu desenvolvimento, enquanto discente, amizade essa que levarei comigo.

As minhas amigas Jeane Cardoso, Jaberly da Silva e Roseane Lima que me ajudaram e incentivaram, desde os estudos para o vestibular como no decorrer da passagem pela universidade.

Enfim, a todos aqueles que, direta e indiretamente acreditaram mim, incentivando a não desistir e ir em busca de meus ideais.

“A escola tem que ser esse lugar em que as crianças têm a oportunidade de ser elas mesmas e onde as diferenças não são escondidas, mas destacadas”.
(Mantovan)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	09
3 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL.....	11
4 METODOLOGIA.....	15
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	16
6 CONCLUSÃO	22
ABSTRACT.....	24
REFERÊNCIAS.....	25
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DA PESQUISA CAMPO.....	29
APÊNDICE B- FOTOGRAFIA DA ESCOLA.....	32
ANEXO A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	34
ANEXO B- FOTOGRAFIA DO ALUNO.....	36

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA 1º FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PILÕEZINHOS-PB

Maria de Jesus Melo da Costa*

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso buscou investigar a educação inclusiva na 1º fase do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do município de Pilõezinhos-PB. Com o objetivo de refletir sobre a educação especial sob uma perspectiva de educação inclusiva, na primeira fase do ensino fundamental, assim como verificar o processo de ensino inclusivo, mediante a inclusão de um aluno com deficiência física e hidrocefalia. O embasamento teórico estudado no referido trabalho buscou respaldo em autores como MANTOAN (2006), MAZZOTA (2005), BEYER (2006), assim como na LDB nº 9.394/96, na Constituição Federal de 1988 e no Plano Nacional da Educação que está em vigor. Quanto aos procedimentos metodológicos foi realizada uma pesquisa de campo e os dados foram coletados por meio de um questionário. Os resultados da pesquisa nos mostram que a professora tem uma prática educativa inclusiva, tendo em vista o atendimento a todos os estudantes com e sem necessidades educacionais especiais. Sendo assim pode-se chegar à conclusão que a inclusão escolar está aos poucos se efetivando na escola Edite Martins.

Palavras-Chave: Educação Especial; Educação Inclusiva; Ensino Fundamental

* Aluna de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
Email: maria.jmc9@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A educação é um meio de socialização e formação, isto é uma questão de direitos humanos. A Educação Inclusiva se amplia de modo humanista. Nela todos têm o direito de incluir-se em um ambiente acadêmico e de ensino regular priorizando, colaborando para o respeito mútuo entre as diferenças. Segundo Mantoan (2006) a inclusão é algo novo que precisa de um trabalho transformador.

Educação Especial é uma modalidade de ensino direcionada para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, art. 58) que deve ter um olhar preferencial, às dificuldades de acesso que repercutem para a grande falta de recursos, de profissionais capacitados, de acessibilidade e de metodologias nas escolas.

De acordo com os dados do observatório do Plano Nacional de Educação PNE, indicativo do 2016, temos no país 82% de matrículas referentes à população com necessidades educacionais especiais. Estudos mostram que, no Brasil, o atendimento ao público-alvo da educação especial, em certos lugares, está deixando a desejar, pois ainda há muito descaso para com esta clientela. Mesmo se tratando da minoria da população, esse número está incluso na sociedade e não deve ser ignorado, pois estas pessoas precisam ser apoiadas para que possam ter o mesmo direito que as outras pessoas, sabendo que esse despreparo não seja totalmente do sistema, mas de muitos gestores e até de educadores. Esta situação faz parte de um conjunto de elementos que resultam nas situações existentes.

Considerando a relevância do tema estudado, apresento o seguinte problema de investigação: Como acontece a inclusão escolar de um estudante com deficiência física e hidrocefalia? Isto porque é nítida a deficiência atual que existe nas escolas de ensino regular, embora todo o aparato que as leis proporcionam, questionamos como está sendo o ensino aplicado ao aluno com necessidades educacionais especiais na primeira fase do ensino fundamental, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Edite Martins, localizada na zona rural do município de Pilõezinhos-PB.

Escolhi este tema pela necessidade atual de trabalhar com estudantes com necessidades educacionais especiais, uma vez que nos últimos anos há um aumento da matrícula de pessoas com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação nas classes comuns da escola

regular. É um campo vasto que cabem muitas pesquisas, pessoalmente, tenho uma ligação, um interesse com esse público.

Para a realização deste trabalho perseguiremos o seguinte objetivo geral: Refletir sobre a Educação Especial sob uma perspectiva de Educação Inclusiva, na 1ª fase do Ensino Fundamental e quanto aos objetivos específicos apresentamos: a) conceituar educação especial e educação inclusiva; b) sistematizar um breve percurso histórico acerca da educação especial e inclusiva; c) identificar os recursos e a utilização dos mesmos para o processo de ensino e o enriquecimento da educação inclusiva; d) discutir como acontece a inclusão de um aluno com deficiência física e hidrocefalia na escola regular.

Quanto à metodologia, esta pesquisa é qualitativa e foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e uma pesquisa de campo. A professora da sala multisseriada foi o sujeito desta pesquisa de campo.

Este trabalho será subdividido da seguinte forma: a primeira sessão trata da Educação Especial e Inclusiva, seguindo para um breve histórico sobre a Educação Especial e Educação Inclusiva no Brasil, prosseguindo para o percurso metodológico, a amostra dos resultados e análises da respectiva pesquisa, pôr fim a conclusão do referido trabalho.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O ensino formal no Brasil foi constituído por vários momentos, tanto favoráveis para uma educação transformadora e libertadora, como para uma educação totalmente contrária, que segrega os indivíduos.

Sob esta perspectiva a educação tem enfrentado desafios devido a diversos fatores sociais, como falta de recursos ou incentivo para que as crianças permaneçam na escola. Observar esse fenômeno já é um tanto preocupante, pois isso gira em torno do quadro atual. Se as dificuldades aparecem no desenvolvimento desse quadro, no que diz respeito à educação especial/ inclusiva, tende a sofrer com esses fatores e com a falta de profissionais capacitados. Vejamos a seguir sobre a diferença dos termos.

Para Mazzota (2005, p.11) a Educação Especial é definida como modalidade de ensino. Esta se caracteriza por:

[...] um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens.

Essa modalidade de ensino foi estabelecida por leis e garantem todo direito educacional, preferencialmente na rede regular de ensino. É um serviço de atendimento educacional especializado, para todos que assim necessitem. Esta proposta está referendada pela LDB Nº 9.394/1996 no art. 58 e também em outros documentos importantes, que asseguram esse atendimento preferencial, como decretos, Constituição Federal, Emenda Constitucional, Política Nacional de Educação Especial, Diretrizes para Educação Especial e o Plano Nacional de Educação, leis que tem uma visão direcionada a garantir essa modalidade de ensino.

De acordo com Mantoan (2006, p 16), a Educação Inclusiva “[...] prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”. Sendo assim, essa educação inclusiva é voltada para o indivíduo com necessidades educacionais especiais e garante um atendimento gratuito e especializado nas escolas. Entretanto, por um lado, algumas escolas promovem uma aprendizagem significativa por parte dos estudantes no que diz respeito à inclusão, por outro lado, muitas escolas que prestam esse tipo de serviço especializado não estão trabalhando de modo adequado.

Vale a pena apresentar a diferenciação dos termos inclusão escolar e integração escolar, algo que aparentemente se apresenta para alguns autores de modo homogêneo.

Partindo, inicialmente, da morfologia da palavra integração, esta tem origem no latim (*integrare*), da qual deriva do verbo integrar, ou seja, tornar inteiro. Assim integração escolar significa, a inserção de alunos com necessidades especiais em escolas comuns. Mas esse termo deixou ser utilizado, já que seria o aluno em especial que iria integrar um espaço, uma sala de aula. Estaria implícito neste ato uma forma clara de exclusão. Segundo Mrech (1999, apud VOIVODIC, 2004, p.27): “[...] a integração é uma prática seletiva, pois é o aluno deficiente que deve se

adaptar aos parâmetros de normalidade e, quando isso não ocorre, esse aluno é colocado nas classes especiais”.

A definição de inclusão vem do verbo incluir do latim (*includere*), ou seja, na inclusão escolar, o aluno está incluso no âmbito do ensino regular, quaisquer que sejam as suas necessidades, pois ele é um ser de direitos, não só o aluno em especial, mais a inclusão se dá para professores, pais e comunidade, ao contrário da integração o currículo da escola deve buscar meios e alternativas que possam, incluir os educandos com necessidades especiais, para que os mesmos possam desenvolver suas capacidades e aprendizagens.

Partindo do pressuposto que a inclusão não se restringe apenas a educandos com deficiência, mas a todos, a educação inclusiva, também caminha nesta mesma roupagem: a educação é um direito garantido para todos. Desse modo, todos os alunos que necessitem da escola são, de certa forma, especiais e cabe à instituição atendê-los da melhor forma possível.

Existe um problema hoje que muitas famílias acabam enfrentando: a negação do atendimento prestado pela escola aos discentes com alguma deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Mesmo sabendo que esse direito está garantido por lei, infelizmente isto ainda não ocorre. Outra questão problemática se dá quando a escola aceita essa criança, mas não sabe trabalhar, pois nenhum preparo foi oferecido aos profissionais da educação e a direção acaba aceitando apenas para preencher os números determinados por conta da legislação que obriga as instituições a efetuar matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, de modo que inclua o estudante, acarretando em uma situação mais desgastante para a família, a escola e mais ainda para o aluno, sujeito esse que está ao mesmo tempo envolvido e sofrendo com essa situação.

3. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL

A história do atendimento educacional voltado para pessoas com deficiência no Brasil é relativamente nova e com mudanças ao longo da história. Vejamos de forma breve alguns marcos históricos a seguir.

No ano de 1854, aconteceu a primeira iniciativa para o atendimento educacional voltado para as pessoas cegas. O Instituto Imperial dos Meninos Cegos. Configurando-se como iniciativa oficial, visto que foi instituído através do decreto imperial efetivado pelo último imperador do Brasil, D Pedro II. Este Instituto foi um marco para aquela época. Com o passar dos anos a instituição passou a ser chamada de Instituto Benjamin Constant. Quase 100 anos depois de sua criação o Instituto passou a oferecer cursos profissionalizantes para professores e possibilitou a difusão do ensino do braille. Este código, que foi criado oficialmente em 1854 e editado pelo Instituto Benjamin Constant (IBC) em 1942, representa um instrumento fundamental para a educação dos cegos (MAZZOTTA, 2005).

No ano de 1857, o imperador do Brasil D. Pedro II, instituiu a primeira escola para surdos. Com a vinda de um educador surdo de origem francesa, Hernest Huet, foi fundado em 26 de setembro do mesmo ano, o chamado primeiramente de Instituto dos Surdos-Mudos, também localizado na referida cidade do Rio de Janeiro, que após 100 anos de sua construção, passou a se chamar, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O instituto prestava atendimento para crianças e adolescentes, tinha como foco inserir os alunos na sociedade, porém, não teria o intuito apenas de alfabetizá-los, mas de prepará-los para o mercado de trabalho, com a oferta de oficinas de sapataria, pautação, encadernação entre outros. (HONORA e FRIZANCO, 2009)

Por volta de 1874 foi criado um hospital no estado da Bahia, que representou uma das iniciativas para o atendimento médico voltados para pessoas com deficiência mental (à época). (JANNUZZI, 2006)

Em 1930, muitas pessoas preocupadas com o número de deficientes, que não recebiam acompanhamento pedagógico, conseguiram dar um primeiro passo: criar espaços educacionais, com ligação direta a hospitais, clínicas e outras entidades especializadas. No entanto, a maioria dos deficientes recebiam atendimento particular. Este atendimento era voltado para as famílias que tinham mais condições e que não optaram por esconder o membro da família, que tinha nascido com deficiência. (MOREIRA, 2010)

Vale lembrar que, no passado, muitas famílias da elite rejeitavam os filhos que nasciam com deficiência, por caracterizar esses indivíduos como doentes, sem cura, ou possuídos por forças sobrenaturais, o que levava toda a família a sofrer preconceito, por não se encaixar nos padrões de perfeição da classe dominante.

Que se sucedeu até meados do Século XVIII, quando os deficientes eram colocados como uma raça inferior aos humanos. (MAZZOTTA, 2005)

Assim, a Educação Especial no Brasil teve início através da segregação, pois nasceu em instituições específicas conforme os diversos tipos de deficiência, ou seja, nasceu em escolas especiais.

Na década de 1960, a partir da LDB de 1961, nº 4024/61, foram criadas salas preparadas apenas para receber alunos com deficiências e outras salas de aulas que receberiam pessoas tidas como normais nas escolas regulares, assim os indivíduos não estudavam no mesmo ambiente, existia uma “[...]separação sistêmica, de um lado os ditos normais, do outro, aqueles chamados de excepcionais”, (BEYER, 2006, p. 28). Tal movimento que separava os sujeitos passou a se chamar de integração.

A inclusão escolar no Brasil surge inicialmente com a Constituição de 1988 e se efetiva na década de 1990, quando a LDB garante que o aluno com deficiência possa estudar, preferencialmente, nas classes comuns da rede regular de ensino.

A Constituição Federal de 1988 é um marco para a legislação em todos os aspectos da vida social do país, pois, até o momento atual, continua em vigor. No que diz respeito à educação, a Constituição garante no artigo 205 uma educação para todos, que contribui para o desenvolvimento da pessoa. No artigo 206 garante a igualdade de acesso à escola. E no artigo 208 a oferta de um atendimento educacional especializado, aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Apesar de a Constituição ser um documento de grande abrangência social, política e econômica, ao tratar das questões relacionadas à educação das pessoas com deficiência, este documento não contempla de forma mais detalhada estas questões.

Em 1994 ocorre na Espanha uma conferência de grande importância e reconhecimento mundial, sobre as necessidades educativas especiais, a chamada Conferência Mundial sobre Educação Especial. Nesta conferência foi elaborada a Declaração de Salamanca, a qual traz várias propostas que abrangem as práticas e políticas de necessidades educacionais especiais. A inclusão é uma proposta que a Declaração defende, não apenas para alunos que têm alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, mas a mesma, se amplia para que todos, com dificuldades temporárias ou permanentes estejam inclusos na escola e que tenham uma educação de qualidade e efetiva. De acordo

com a referida Declaração, a escola inclusiva tem um papel fundamental de abarcar as diversidades existentes e promover a inclusão.

No ano de 1996 é sancionada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº. 9.394/96. Mediante todo o cenário vivenciado na Educação Especial, a LDB levou em conta a Declaração de Salamanca e os discursos de inclusão escolar se tornaram mais fortes. Estes se efetivaram na educação do país.

Após a promulgação da LDB de 1996, várias políticas públicas foram realizadas ao longo dos últimos anos garantindo o acesso à educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O Plano Nacional da Educação (PNE) foi elaborado inicialmente no mesmo ano em que a LDB foi sancionada, porém só entrou em vigor no ano de 2001. Com o objetivo de vigorar por 10 anos, pois o documento é decenal. Tal plano tem como metas e estratégias que contribuem para o desenvolvimento do processo educacional com qualidade e efetividade em todo país.

Atualmente estamos com o segundo PNE em vigor, que contempla os anos de 2014 a 2024. O referido plano, no que se refere à modalidade de educação especial, traz a meta 4, utilizando-se de 19 estratégias, para que esta meta seja alcançada até o ano de 2024.

No que diz respeito à meta 4 do referido PNE, que trata da Educação Especial e Inclusiva, o objetivo é de:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Existe uma problemática na monitoração dos dados para esta meta, o Instituto Brasileiro Geográfico de Estatísticas IBGE, não consegue fazer um levantamento preciso e completo que permita enxergar a situação real. Os dados que se tem, são de acordo com o Censo escolar do INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

4. METODOLOGIA

Para compreender melhor como está ocorrendo à inclusão de crianças com necessidades especiais, na primeira fase do ensino fundamental, foi realizada uma pesquisa de campo.

A pesquisa realizada se caracteriza como qualitativa. Partindo da concepção afirmada por Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p.26) a pesquisa qualitativa:

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. [...].

A pesquisa é uma atividade elaborada para buscar ou procurar a solução de determinados problemas que certo indivíduo se sinta incomodado, ou seja, procura respostas para as indagações pré-estabelecidas. Diante desse pressuposto a pesquisa qualitativa vem sendo aplicada nas áreas de Ciências Sociais e humanas, lidando com fenômenos no âmbito particular e subjetivo. (KAUARK, MANHÃES, MEDEIROS, 2010)

A pesquisa de campo foi realizada na escola do município de Pilõezinhos-PB. Localizada no agreste Paraibano, o qual possui 5.155 habitantes, de acordo com o Censo de 2010. A rede escolar municipal é composta por 11 escolas, sendo, 03 na área urbana e 08 na área rural do município. Devido ao fato de as escolas apresentarem déficit nas matrículas de alunos, as escolas do município estão em sua maioria localizadas na zona rural, atuando apenas em um turno.

A referida pesquisa considerou por amostra apenas uma escola na zona rural, o que corresponde a 33,33%, do total de escolas localizadas na área rural do município, sendo ela a Escola Municipal de Ensino Fundamental Edite Martins (ver fotos em apêndice B), localizada no Sítio Balanço, que foi construída pelo prefeito da época, com o objetivo de atender às necessidades da comunidade local. A mesma atua em apenas um turno, pois a demanda de alunos com o passar dos anos foi diminuindo, diante disso a escola trabalha com salas multisseriadas, atuando com a primeira fase do Ensino Fundamental.

Como instrumento de coleta de dados utilizamos um questionário aplicado à professora. Neste sentido, o referido questionário foi elaborado com questões

abertas (Apêndice A), possibilitando ao sujeito da pesquisa responder às perguntas com maior liberdade, o que facilitou a compreensão dos dados coletados. As perguntas têm objetivo identificar os recursos e a utilização dos mesmos para o processo de ensino e aprendizagem com relação à modalidade de Educação Especial na referida escola, assim como investigar se a professora está tendo a possibilidade de se aprofundar mais na área, recebendo apoio para poder desenvolver seu trabalho mediante a inclusão de um aluno com deficiência física e hidrocefalia (segue fotos em anexo B), que está matriculado no 2º ano do Ensino Fundamental.

A escolha da entrevistada se deu pelo fato de que no município de Pilõezinhos, só foi encontrado um aluno deficiência física que estudava justamente na sala da referida professora.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos dados coletados, através da observação e da utilização de um questionário, elaborado com o intuito de facilitar a compreensão acerca da inclusão escolar, sem ter diretamente a influência do pesquisador no que se refere ao questionário, ou seja, a participante da pesquisa teve total liberdade para responder as perguntas, com as informações que foram analisadas e refletidas sobre uma perspectiva de educação inclusiva.

O questionário foi composto por 10 questões abertas, aplicado com apenas uma professora, pois a mesma é a única que acompanha pedagogicamente na Instituição o aluno, alvo do estudo de caso, que estuda na Escola Municipal de Ensino Fundamental Edite Martins, localizada na zona rural, Sítio Balanço, cerca de 6 km do município de Pilõezinhos- PB.

A escola funciona apenas no turno vespertino, por conta da quantidade pequena do número de alunos, dessa forma, a instituição trabalha com salas multisseriadas, com pré-escolar, 1º ano e 2º ano em uma única sala, a outra sala de aula fica encarregada de trabalhar com o 3º, 4º e 5ºano do Ensino Fundamental. É feita uma divisão nas carteiras para organizar os alunos de acordo com o ano de estudo, cada carteira contém o nome do aluno. Existem na sala 3 lousas cada uma

para determinada série, desse modo, as carteiras são organizadas frente a lousa que a corresponde.

A sala de aula é bastante decorada, com pinturas feitas pelos próprios alunos, imagens sobre temas diversos tais como, dia da água, dia da mulher, dia do livro entre outros itens decorativos, com o corpo humano, tabela numérica de 1 a 20 e o alfabeto, tudo exposto nas paredes. Existe também na própria sala um laboratório de informática, porém nenhum aluno tem acesso de acordo com o relato da professora. A maioria dos computadores está com problemas no funcionamento pela falta de uso como também de manutenção. Apenas um computador funciona e quem pode mexer é a diretora da instituição ou a professora que tenha permissão. Nesse contexto a escola utiliza também um serviço de internet via satélite.

Diante da observação realizada, a quantidade de alunos é relativamente pequena, tendo em vista, que é uma sala composta por 3 séries diferentes. A professora confirmou a frequência de 15 alunos ao todo em sua sala de aula, porém no dia da visita, só compareceram 12 alunos, sendo 2 do pré-escolar, 3 do 1º ano e 7 do 2º ano.

A partir dos dados coletados, por meio da observação e conversa com a professora, seguirei para as análises e discussões acerca do questionário realizado, ilustrado abaixo.

1- O que você entende por Educação Especial?
Entendo que a educação especial tem como objetivo atender a diversidade de alunos em uma escola, tentando assim responder de forma eficaz a necessidade de cada um.

O modo de entender a educação especial pela professora, está relacionado a diversidade que existe entre os alunos. Isto é importante, pois a diversidade existe em todos os ambientes, tendo em vista que mesmo na raça humana a diversidade se amplia, de modo que não há ser humano igual a outro, independente de questões relacionadas às deficiências.

No que se refere à Educação Especial, a mesma é caracterizada como uma modalidade de educação escolar, que oferece atendimento educacional aos alunos com necessidades especiais, ou seja, com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, tendo este a garantia do

acesso à rede regular de ensino, desde todas as etapas da Educação Básica e superior.

2- O que você entende por educação inclusiva?
Entendo que educação inclusiva é uma educação voltada para todos os cidadãos, livre de preconceito e que valoriza as diferenças.

É nesta mesma perspectiva, colocada pela professora, que se encaminha a educação inclusiva. Além disso, pode-se dizer que toda e qualquer criança, jovens e adultos têm direito à educação e deve receber o atendimento que a escola tem de melhor, a fim de incluir a todos sem distinção.

Precisamos entender que as crianças são diferentes entre si. Elas são únicas em sua forma de pensar e aprender. Todas as crianças, não apenas as que apresentam alguma limitação ou deficiências, são especiais. Por isto, também é errado exigir de diferentes crianças o mesmo desempenho e lidar com elas de maneira uniforme. O ensino deve ser organizado de forma que contemple as crianças em suas distintas capacidades (BEYER, 2006, p.28).

Neste princípio de inclusão a Declaração de Salamanca e também a LDB nº 9.394/96 têm se respaldado. Neste sentido, a escola deve se adaptar às necessidades dos alunos, dessa forma tentando se aperfeiçoar, buscando uma educação de qualidade para todos. A valorização do indivíduo e suas especificidades é um dos fundamentos que a educação inclusiva tem adotado.

3- Sua formação contemplou algum requisito para trabalhar com a inclusão?
Sim.

A formação de professores é uma questão bastante discutida, uma vez que em muitos casos a formação superior, no curso de Pedagogia, contempla poucos componentes voltados para Educação Especial na matriz curricular, sendo Libras um componente obrigatório para todas as licenciaturas, conforme prevê a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dependendo do curso, o profissional que está se formando, irá dar conta de um universo muito mais abrangente e delicado. Quando esse profissional chega na escola, e tem em sua realidade de sala de aula uma criança com necessidades especiais, a frustração e o despreparo podem gerar um atendimento precário. Portanto é imprescindível que o professor esteja sempre

buscando meios de se aperfeiçoar, com programas de formação continuada na educação especial.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, estão expostos no inciso III do Art. 59 da LDBEN de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), dois perfis de professores para atuar com alunos com necessidades especiais, sendo este um professor de classe comum capacitado e outro professor especializado em Educação Especial.

Os desafios encontrados são tão presentes que, infelizmente, existem alguns casos que educadores entendem que fechar os olhos seja o meio mais fácil de se proceder, gerando com isso um trauma em muitas crianças.

4- A escola trabalha com projetos educacionais direcionados à educação especial?
--

Não.

Neste caso específico a referida escola tem apenas um aluno com necessidades especiais, por conta de sua deficiência física e a falta de coordenação motora fina, referente a sequelas ocasionadas pela hidrocefalia. Talvez, por este motivo, a escola não trabalhe com nenhum projeto educacional específico para a Educação Especial. No entanto, programas foram desenvolvidos a fim de promover a acessibilidade na instituição, desse modo garantindo o acesso e permanência na escola. Foi construída uma rampa, para o acesso ao prédio, com salas acessíveis e uma cadeira de rodas, a qual permanece sempre na escola.

5- Quais os recursos que a escola oferece para o trabalho pedagógico com esse aluno?
--

A escola oferece internet, retroprojetor, jogos lúdicos entre outros.

Partindo do que está exposto na LDBEN sobre a Educação Especial no Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, Inciso I- “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades”.

Nesta perspectiva o PNE, na meta 4 trata da garantia do ensino inclusivo de salas de recursos multifuncionais, classes e escolas ou serviços especializados, tudo para que favoreça uma aprendizagem significativa com qualidade. Porém, pela

resposta da professora, os recursos citados, como internet e retroprojetor, não são utilizados para ensinar aos alunos, uma vez que o laboratório não funciona. Ao contrário do que acontece na escola, nos seus arredores, vários jovens se utilizam de acesso livre à internet para usar as redes sociais, sendo assim este serviço está servindo basicamente para esta finalidade.

6- A instituição oferece alguma formação continuada e especializada acerca da inclusão para professores?
--

Sim.

Faz-se necessária a oferta de formação continuada para professores, que trabalham na rede regular de ensino, com a Educação Especial ou até mesmo com uma educação numa perspectiva de inclusão escolar. Lidar diariamente com alunos numa sociedade fragilizada frente à situação política, social e econômica que estamos passando, não é uma coisa fácil.

O MEC disponibiliza formação continuada, para professores em parceria com instituições públicas de educação superior, nas modalidades à distância, presencial e semipresencial pela Universidade Aberta do Brasil- UAB e pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Básica- RENAFOR. (BRASIL, s/d)

De acordo com o PNE, a formação continuada está subentendida na meta 4, uma vez que o atendimento deve ser especializado e para que essa meta seja atingida, até o término do plano, é preciso que a escola ofereça formação continuada para os professores que assim necessitem.

7- Como é o nível de participação dos pais deste aluno com relação à escola?
--

É bom, pois a mãe do mesmo frequenta a escola diariamente e participa ativamente das atividades do mesmo.

O aluno referente à pesquisa realizada não tem nenhum cuidador que o auxilie. Como já foi mencionado, falta sua coordenação motora fina, desse modo, sua mãe sempre está presente na escola. A referida mãe é quem escreve no caderno as suas tarefas. Na hora de responder, o filho oraliza e a mãe escreve. Diante disso, a participação da mãe com relação à escola e à aprendizagem do

aluno é integral. Com relação aos pais dos outros alunos a situação não é a mesma, algumas visitas acontecem na escola, apenas em eventos comemorativos.

8- Qual metodologia de ensino utilizada para o acompanhamento deste aluno?
--

A observação. Minha maior metodologia é observar o desenvolvimento de cada um individualmente.
--

A metodologia usada pela professora é importante, porém não é única, que possibilita o desenvolvimento do aluno. As metodologias de ensino devem ser diferenciadas, flexíveis e adequadas para o processo de ensino, respeitando o Projeto Político Pedagógico da escola.

É preciso que o professor reflita sobre suas práticas pedagógicas, realize um planejamento de sua aula. O planejamento é um procedimento, que se faz necessário para a ministração de uma aula. Segundo FERREIRA (2005, p. 45):

Uma metodologia de ensino inclusivo deve ser capaz de garantir que o aluno se sinta motivado para frequentar a escola e participar das atividades na sala de aula, deve possuir qualidade curricular e metodológica, deve identificar barreiras à aprendizagem e planejar a forma de removê-las para que cada aluno seja contemplado e respeitado em seu processo de aprendizagem.

Muitos educadores precisam repensar suas práticas pedagógicas, que muitas vezes estão desatualizadas e se tornam desmotivantes para ensinar e aprender. É necessário que o professor planeje uma nova proposta de ministrar a aula, de forma que seja interessante, dinâmica e participativa para todos, que facilite a aprendizagem e interação. (FERREIRA, 2005).

9- Como se caracterizou o processo de inclusão do referido aluno nesta instituição?

Como uma forma de lapidar o plano pedagógico e haver uma união entre todos pois, todos temos algo a ensinar, compartilhar e aprender.

Diante da resposta da professora é possível enxergar que o processo de inclusão se sucedeu de forma satisfatória, tendo em vista a inclusão de todos os alunos. No entanto, a mesma menciona, a inclusão é inserida como requisito no plano pedagógico, porém em respostas anteriores a professora afirmou que não há nenhum projeto educacional que a escola trabalhe. Isso quer dizer que existe nesta relação um evento contraditório, na medida em que o plano trabalha com a inclusão

escolar ele não proporcionam projetos que favoreçam e contribuam com o ensino e aprendizagem mais efetiva para todos.

Segundo MANTOAN (2006, p. 19) O processo de inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenha sucesso na corrente educativa geral.

10- Quais os instrumentos metodológicos que você utiliza para as avaliações?
--

Avaliação é elaborada de acordo com o desenvolvimento do aluno. E não me restrinjo apenas avaliação escrita, mas procuro observar o dia-a-dia do aluno, sua interação com os demais colegas e o seu desenvolvimento pessoal e em grupo.

Avaliação utilizada é efetivada ao longo do processo de ensino, mediante a observação do desenvolvimento e interação, tendo em vista os instrumentos metodológicos utilizados pela professora para as avaliações, é preciso também que se tenha uma reflexão acerca do ensino ministrado, percebendo se os alunos estão conseguindo evoluir de acordo com o ensino-aprendizagem. Sobre a individualização da avaliação Beyer (2006, p. 30) afirma que:

É injusta avaliar o desempenho de diferentes crianças com os mesmos critérios ou as mesmas medidas. Crianças que são únicas em suas características, e, ao mesmo tempo, diferentes entre si, não podem ser comparadas através de procedimentos escalonados por uma média, que definem os alunos como bons, médios ou fracos.

Nesta perspectiva está incluso o princípio da diversidade, onde a escola junto com corpo docente trabalhe com ideias, afim que cada criança desenvolva suas capacidades, compreendendo a heterogeneidade que existe na sala de aula, pois educar, seja em qual for a modalidade de ensino, significa confrontar-se com a diversidade.

6. CONCLUSÃO

A escola é um dos lugares mais adequados para garantir a interação entre os alunos com e sem deficiência, visto que é um ambiente onde a aprendizagem é construída. Os avanços relacionados aos aspectos físicos, sociais e cognitivos podem ser melhores desenvolvidos sob uma perspectiva da educação inclusiva.

A Educação Especial sobre o ponto de vista de educação inclusiva, diz respeito à aprendizagem onde todos os alunos devem estar juntos, independente

das dificuldades e diferenças que representem, sendo assim a escola deve se preocupar em atender as necessidades dos alunos, sob uma compreensão relacionada ao conceito de diversidade, procurando, além disso, oferecer um ensino de qualidade a todos.

A história relacionada à Educação Especial no Brasil passou por muitas mudanças até os dias atuais, com as leis de direitos que oferta esse atendimento educacional especializado, a fim de superar todas as formas de preconceito criados que levam a desigualdades sociais para que, desse modo, tenhamos melhores condições de atendimento às escolas, contribuindo para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem diante das necessidades educacionais especiais dos alunos.

No transcorrer desta pesquisa identificou-se um bom desenvolvimento do processo de ensino desenvolvido pela professora, mediante a inclusão. Que foi possível perceber a partir da realização das análises do questionário aplicado à professora, que levou em consideração um aluno com deficiência física e hidrocefalia.

O resultado da pesquisa nos mostra que a professora, frente às dificuldades que permeiam a sala de aula, tendo em vista que é uma classe multisseriada, tem compreensão sobre a inclusão e contempla, na medida do possível, atender as necessidades educacionais, sobre o princípio da diversidade, que valoriza as diferenças. Partindo dessa interpretação a docente conseguiu atender às expectativas de pesquisa, com relação à Educação Especial sob um olhar de educação inclusiva.

Desse modo é possível chegar à conclusão que, no município de Pilõesinhos-PB, na escola Edite Martins, a educação inclusiva tem se efetivado aos poucos, mediante o cenário que enfrentam, mesmo tendo os direitos garantido por leis.

Pretendo com esse trabalho deixar minhas contribuições para a academia, afim de promover debates e discussões relacionadas à formação de futuros profissionais da área, visto que, a educação é um trabalho árduo, mas pode ser muito prazeroso se for feito com compromisso em busca dos objetivos.

Para finalizar devo dizer que é importante saber, que quem sentir que seu direito está sendo negado ou negligenciado, não deve temer em reivindicar por melhorias no atendimento educacional, pois todos queremos promover uma educação de qualidade.

ABSTRACT

INCLUSIVE EDUCATION IN THE FIRST PHASE OF THE FUNDAMENTAL EDUCATION OF THE PUBLIC EDUCATION NETWORK OF THE MUNICIPALITY OF PILEZEZINHOS-PB

The present work of conclusion of course sought to investigate the inclusive education in the first phase of Elementary School of the public school of the municipality of Pilõezinhos-PB. With the objective of reflecting on special education from an inclusive education perspective, in the first phase of elementary education, as well as to verify the process of inclusive education, through the inclusion of a student with physical disability and hydrocephalus. The theoretical basis of this study was supported by authors such as MANTOAN (2006), MAZZOTA (2005), BEYER (2006), LDB no. 9,394 / 96, Federal Constitution 1988 and the National Education Plan force. As for the methodological procedures, a field survey was performed and the data were collected through a questionnaire. The results of the research show that the teacher has an inclusive educational practice, with a view to attending to all students with and without special educational needs. Thus, it can be concluded that school inclusion is gradually taking place in the Edite Martins school.

Keywords: Special education; Inclusive education; Elementary School.

REFERÊNCIAS

BEYER<Hugo Otto. A inclusão na escola regular: Ideias para a implementação. IN: _____. **Inclusão e avaliação de alunos com necessidades especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 27-42.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=430-constituicao-de-1988&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. **IBGE**. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251170&search=paraiba|piloezinhos>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. **Lei Nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica** / Secretaria de Educação Especial- MEC; SEESP, 2001. p 79. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17431-programa-de-formacao-continuada-de-professores-em-educacao-especial-novo>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 19 nov. 2017.

DEFICIÊNCIA NO COMUNIDADES. **Educação Inclusiva / Especial**. Disponível em: <<http://www.deficiencia.no.comunidades.net/educacao-inclusiva-especial>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Marly Lopes Esteves. História da educação de surdos no Brasil. IN: _____. **Livro ilustrado de língua Brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda cultural, 2009. p. 27-29.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 2. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2006. p.29.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/1550/155021076005/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático.** Itabauna: Via Literarum, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas.** 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30 out. 2017.

MOREIRA, Camila Ferreira. **Marcos históricos e legais da educação especial no Brasil,** 2010. Disponível em: <<https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821610/marcos-historicos-e-legais-da-educacao-especial-no-brasil>>. Acesso em: 30 out. 2017.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **4- Educação Especial / Inclusiva.** Disponível em: <<http://www.observatoriopne.org.br/metaspne/4-educacao-especial-inclusiva>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Conhecendo alguns tipos de pesquisa. IN: _____. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórica prática.** 5. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2000. p. 65-75.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Metodologia, métodos e técnicas. IN: _____. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórica prática.** 5. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2000. p. 43-59.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** (org.). São Paulo: Summus, 2006. p. 184-235.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: Um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 21-44.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down**. 2. ed. Petrópolis: vozes, 2004. p. 21-37.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA CAMPO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - CÂMPUS III

CENTRO HUMANIDADES

CURSO DE PEDAGOGIA – TCC

Orientanda: Maria de Jesus Melo da Costa

Local:

Data:

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

Prezado professor (a), o objetivo desta pesquisa é investigar o processo de ensino aprendizagem com relação a modalidade de educação especial e inclusiva, assim como perceber o desenvolvimento do trabalho docente, mediante a inclusão do aluno que apresenta deficiência física, sujeito alvo desta pesquisa, realizada na Escola Municipal Edite Martins, na zona rural da cidade de Pilõezinhos-PB, como requisito do trabalho de conclusão de curso. Portanto, suas informações serão de grande relevância para esta pesquisa.

❖ Características gerais da escola:

Nome do professor (a) _____

Nome do diretor (a) _____

Existe acessibilidade no prédio (rampas) _____

Quantos alunos estudam na instituição _____

Por quantas salas de aula é composta a escola _____

Quantos alunos com deficiências estudam na escola _____

Quais os tipos de deficiência existentes na mesma _____

1) O que você entende por educação especial?

2) O que você entende por educação inclusiva?

3) Sua formação contemplou algum requisito para trabalhar com a inclusão escolar?

4) A escola trabalha com projetos educacionais direcionados a educação especial?

5) Quais os recursos que a escola oferece para o trabalho pedagógico com este aluno?

6) A instituição oferece alguma formação continuada e especializada acerca da inclusão para professores?

7) Como é o nível de participação dos pais deste aluno com relação a escola?

8) Qual a metodologia de ensino utilizada para o acompanhamento deste alunos?

9) Como se caracterizou o processo de inclusão do referido aluno nesta instituição?

10) Quais os instrumentos metodológicos você utiliza para as avaliações?

Grata pela colaboração!

APÊNDICE B – Fotos da Escola Edite Martins



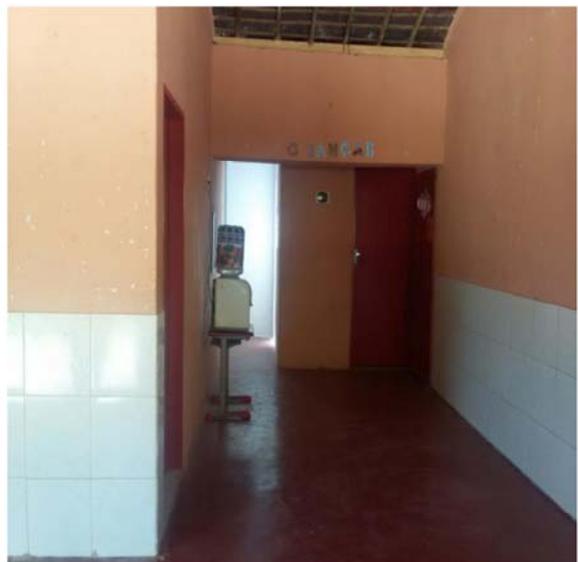
Fonte: elaborada pela autora



Fonte: elaborada pela autora



Fonte: elaborada pela autora



Fonte: elaborada pela autora

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa trata da Educação inclusiva na 1ª fase do ensino fundamental da rede pública de ensino do município de Pilõezinhos-PB. E está sendo desenvolvida por Maria de Jesus Melo da Costa, aluna do Curso de graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, sob a orientação da Prof.^a Débora Regina Fernandes Benício.

Tem por objetivo geral, refletir sobre a educação especial sob uma perspectiva de educação inclusiva, na 1ª fase do ensino fundamental.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, você não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo ou resolver, a qualquer momento, desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso). Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Maria de Jesus Melo da Costa

Endereço: R. Manoel Alves de Souza, 487, Centro, Pilõesinhos-PB

Fone para contato: (83) 99301-0959

ANEXO B- FOTO DO ALUNO

FONTE: Cedida e autorizada pela mãe do aluno